

# O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO A PARTIR DO MUNICÍPIO DE DOURADOS-MS.

**Mauricio Augusto Nars, bolsista CNPq<sup>1</sup>; Prof.<sup>a</sup> Dra. Elisângela Alves da Silva Scaff, orientadora<sup>2</sup>.**

<sup>1</sup>Estudante do curso de Pedagogia da UEMS, Unidade Universitária de Dourados; E-mail: mauricionars@yahoo.com.br

<sup>2</sup>Professora do curso de Pedagogia da UEMS, Unidade Universitária de Dourados; E-mail: elisangelascaff@uems.br

Política Educacional.

## **Resumo**

O presente trabalho trata da Conferência Nacional de Educação (CONAE 2010), que foi realizada em todos os estados brasileiros e Distrito Federal, sendo uma iniciativa do Ministério da Educação em parceria com os Sistemas de Ensino, os Órgãos Educacionais, o Congresso Nacional e a Sociedade Civil. Trata-se de pesquisa que tem como objetivo identificar como a CONAE 2010 foi organizada e desenvolvida no Estado de Mato Grosso do Sul, mais particularmente no Pólo intermunicipal de Dourados, como também verificar a forma de participação dos diversos segmentos que tiveram representatividade nas etapas da CONAE. A metodologia adotada consiste em pesquisa qualitativa, realizada por meio de observação e análise documental. Como fonte de dados foram utilizados os documentos produzidos pela comissão organizadora da CONAE. Para suporte teórico foram selecionadas alguns referenciais das áreas de história e da política da educação brasileira. A proposta da CONAE 2010 foi a de promover debates e reflexões em torno da construção de um sistema nacional articulado de educação, que incorpore e articule todas as esferas, níveis e modalidades de educação, além de apontar caminhos para elaboração do novo Plano Nacional de Educação, que deverá entrar em vigor em 2011. Entretanto, a participação coletiva buscada pela CONAE está condicionada a diversos fatores ligados a sociedade e ao ser humano. **Palavras-chave:** sistema nacional de educação, participação coletiva, política educacional.

## **Introdução**

Entre os anos de 2009 e 2010 o Brasil viveu a realização da Conferência Nacional de Educação (CONAE), promovida pelo Ministério da Educação em parceria com diversas entidades sociais. Este evento, organizado por etapas municipais ou intermunicipais, estaduais e nacional, teve o intuito de construir diretrizes para formulação do novo Plano Nacional de Educação, que deverá entrar em vigor em 2011, como também para criação de um Sistema

Nacional de Educação, capaz de articular todas as esferas, modalidades e níveis de ensino. (BRASIL, 2009)

A estratégia adotada pelo MEC foi de elaborar um Documento Referência dividido em seis eixos temáticos, para ser discutido nos municípios e estados-membros do país, além do Distrito Federal. Em todas as etapas da CONAE foi propiciado aos mais diversos segmentos envolvidos com a educação (professores, gestores, diretores, pais, estudantes, representantes de movimentos sociais, representantes sindicais, entre outros), espaço para discussões e formulações de propostas entorno do Documento Referência que fossem passíveis de se traduzirem em políticas educacionais de Estado, visando a elevação da qualidade da educação e do ensino promovido em todo território nacional.

Para fazer o diálogo entre os dados obtidos na análise documental e na observação no tocante a participação coletiva, utilizamos o conceito de participação definido por Bordenave (1994), onde a participação é entendida para além de um instrumento de solução de problemas, mas como “um meio natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo.” (p. 16) Também como referencial sobre a participação, partimos de alguns condicionantes encontrados tanto em Bordenave (1994), quanto em Paro (1992).

Em relação ao conceito de educação contido no Documento Referência e o que esteve presente nas discussões da etapa intermunicipal e estadual, adotamos como parâmetro teórico o entendimento de Paro (2008), que identifica dois conceitos distintos de educação, permanentemente presentes em qualquer ambiente que tenha como tema de debate a educação de uma forma geral.

Deste modo, constituiu-se como objetivo geral da pesquisa compreender como a CONAE foi organizada e desenvolvida no estado de Mato Grosso do Sul, mais particularmente no pólo intermunicipal de Dourados. Em complemento, dois objetivos específicos foram relacionados, sendo eles: verificar como ocorreu a participação dos diversos segmentos nas discussões da etapa intermunicipal de Dourados; identificar e levantar algumas considerações acerca do conceito de educação explicitado no Documento Referência e o conceito que esteve presente nos debates da CONAE.

## **Material e Métodos**

Como metodologia, foi privilegiada a abordagem qualitativa, realizada por meio de observação e análise documental, além da participação na pré-conferência da etapa intermunicipal, na etapa intermunicipal do pólo/Dourados e na etapa estadual de Mato Grosso

do Sul, realizada em Campo Grande. Como fonte de pesquisa foram utilizados os documentos produzidos pela comissão organizadora da CONAE, como fichas de inscrição do pólo/Dourados; relatórios e regimentos internos de cada etapa.

### Resultados e discussão

Em Mato Grosso do Sul a realização das etapas antecedentes a Conferência Estadual obedeceram à forma intermunicipal, agrupando os 78 municípios do estado em 23 pólos. O município de Dourados ficou colocado como sede do pólo 3, reunindo ainda as cidades de Itaporã, Douradina e Caarapó. A etapa intermunicipal no Pólo/Dourados aconteceu nos dias 20 e 21 de agosto de 2009, tendo seus números representados na Tabela 1. No primeiro dia, na parte da manhã, foi realizada a abertura oficial do evento, finalizada por uma palestra de apresentação da CONAE, na parte da tarde, os debates foram divididos nos seis eixos temáticos. No segundo dia, no período matutino, foi dada continuidade dos trabalhos nos eixos, e o período vespertino foi reservado para plenária final, onde aconteceu a votação das propostas construídas por cada grupo dos eixos temáticos.

Números da etapa intermunicipal do Pólo/Dourados. (Tabela 1)

<b>Município</b>	<b>Número de vagas disponíveis</b>	<b>Número de inscritos</b>	<b>Recurso destinado - R\$</b>	<b>População referência</b>
Dourados	100	76	8.000,00	187.601
Caarapó	33	15	4.000,00	23.437
Itaporã	20	3	2.400,00	19.187
Douradina	20	8	2.400,00	5.047
<b>Total</b>	<b>173</b>	<b>102</b>	<b>16.800,00</b>	<b>235.272</b>

A tabela acima nos permite observar que a cidade de Dourados preencheu setenta e seis por cento das vagas a que tinha direito, entretanto, os números do Pólo/Dourados apontaram uma ausência de quarenta por cento do quantitativo de vagas destinadas ao Pólo. A definição dos recursos destinados, como também o número de representantes que cada cidade poderia dispor, mostrados na Tabela 1, foram estabelecido pelo regimento das etapas intermunicipais. (MATO GROSSO DO SUL, 2009)

Com o objetivo central desta pesquisa definido em compreender como um todo o processo de organização e desenvolvimento da CONAE, consideramos oportuno eleger como aspecto principal de discussão as características da participação dos diversos segmentos que

tiveram representação nos debates da CONAE.

Abordando a questão da participação num contexto social mais amplo, ou seja, a participação das pessoas nas inúmeras situações que envolvem o cotidiano social, Bordenave (1994) explica que é possível fazer uma distinção entre participação **simbólica** e participação **real**, o que significa dizer que na primeira, os membros de um determinado grupo têm influência mínima nas decisões tomadas, normalmente cultivando a ilusão de exercerem o poder. Já na segunda, os membros do grupo atuam de forma efetiva em todos os processos, garantindo a multiplicidade de perspectivas, proporcionando maior qualidade no trabalho que está sendo realizado. Porém, isso não implica determinar que todos vão participar da mesma forma, mas sim que a contribuição de cada um é indispensável.

Ao analisar as propostas sugeridas pelo Pólo/Dourados que chegaram a etapa estadual para serem objeto de discussão e votação, observamos a materialização dessa participação **real** e **simbólica** apontada por Bordenave. Das noventa e sete emendas sugeridas ao Documento Referência, podemos determinar que menos de vinte por cento delas alteraram de forma substancial a redação do texto, imperando, deste modo, a participação **simbólica** dos representantes.

Dos cento e dois presentes na etapa intermunicipal, o Pólo/Dourados poderia eleger 65 delegados (entre os cento e dois participantes) para serem seus representantes na etapa estadual, obedecendo o quantitativo estabelecido pelo regimento interno nacional da CONAE, o qual determinava cinquenta por cento oriundos da educação básica, trinta por cento da educação superior e vinte por cento da educação profissional. (BRASIL, 2009a) A eleição de delegados do Pólo/Dourados para etapa estadual obedeceu a disposição do regimento (DOURADOS, MS, 2009), e está representada nos números da Tabela 2.

Quadro de eleição de delegados do Pólo/Dourados para etapa estadual. (Tabela 2)

	<b>Vagas para delegados</b>	<b>Número de delegados eleitos</b>	<b>Vagas para suplentes</b>	<b>Número de suplentes eleitos</b>
Pólo/Dourados	65	62	43	4

Na etapa estadual, apenas trinta e três delegados do Pólo/Dourados estiveram presentes, número que pode ser explicado tendo em vista os condicionantes da participação levantados por Paro (1992). Embora tenha um foco mais restrito de estudo, tendo como objeto a relação da escola com a comunidade, e a participação desta, naquela, a sistematização feita por este autor em relação aos condicionantes da participação, distinguindo os que são de

cunho interno e os que são de cunho externo, também pode ser usada analogicamente para entendermos as limitações de participação a que os representantes dos diversos segmentos presentes nos debates da CONAE estiveram sujeitos.

As condições de trabalho nos encontros da CONAE, tanto para etapa intermunicipal de Dourados, como para etapa estadual de Campo Grande, não se apresentaram como uma dificuldade no tocante a materiais, uma vez que os locais destinados aos encontros comportaram adequadamente o número de presentes, sendo providenciado pelas comissões organizadoras computadores e data-shows para os trabalhos nos eixos temáticos e nas plenárias, além de ter sido disponibilizado a todos os participantes cópias do Documento Referência e outros documentos orientadores como o regimento interno das etapas. Não obstante, alguns recursos tecnológicos como por exemplo a vídeo-conferência poderiam ter sido utilizados para dinamizar os trabalhos nas etapas intermunicipal e estadual, mesmo porque o emprego dessas tecnologias possibilita a redução de gastos, visto o montante dispensado para a realização de todas as etapas da CONAE. Voltando a atenção para a metodologia adotada para orientar a realização das etapas intermunicipal e estadual, ficou evidente que o tempo reservado para plenária final nas duas etapas não foram suficientes, comprometendo nas duas oportunidades o processo de votação das propostas.

Os outros condicionantes internos levantados por Paro (1992) também puderam ser identificados no processo de construção da CONAE, os político-sociais se materializaram no conflito de interesses entre os diversos segmentos; os institucionais, na relação vertical estabelecida quando se elabora um Documento Referência por uma minoria, mesmo este sendo colocando posteriormente em discussão; e os ideológicos, substanciados nas diferentes concepções que cada um carrega consigo.

Os condicionantes de cunho externo, sobretudo os de caráter econômico-sociais, que dizem respeito as condições reais de vida da população e a medida em que tais condições proporcionam tempo, condições materiais e disposição pessoal para participar; e os culturais, que compreende a visão das pessoas sobre a viabilidade e a possibilidade da participação, movidas por uma visão de mundo e de educação escolar, também foram notados como elementos intercessores na forma de participação dos envolvidos no processo de construção da CONAE.

Apesar do Documento Referência fazer menção ao desenvolvimento pleno do indivíduo, bem como aos princípios constitucionais que devem reger a educação e o ensino, através do teor das propostas construídas e da participação como representante discente da educação superior no Pólo/Dourados, constatamos que não houve debate entorno de uma

concepção ampla de educação, entendida como o processo de apropriação da bagagem cultural produzida historicamente pelo homem, incluindo conhecimentos, informações e valores, tão necessários para o exercício da cidadania. (PARO, 2008)

### **Agradecimentos**

A realização dessa pesquisa não seria possível sem o apoio inicial da professora Maria Eduarda Ferro, sem a colaboração dos professores Espedito e Mariolinda, sem o suporte da UEMS e sem o incentivo do CNPq.

### **Referências**

#### **Artigos**

Paro, Vitor Henrique. 1992. Gestão da escola pública: a participação da comunidade. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 73, n. 174, p. 255-290.

#### **Livros**

Bordenave, Juan E. Díaz. 1994. **O que é participação**. 8. ed. São Paulo: Editora Brasiliense.

Paro, Vitor Henrique. 2008. **Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum em educação**. São Paulo: Cortez.

#### **Documentos**

Brasil. 2009. **Construindo o sistema nacional articulado de educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias de ação - Documento referência**. Brasília: Presidência da República.

Brasil. 2009a. **Regimento interno da Conferencia Nacional de Educação**. Brasília: Ministério da Educação.

Mato Grosso do Sul. 2009. **Regimento interno das etapas intermunicipais**. Campo Grande: Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul.

Dourados, MS. 2009. **Regimento interno da Conferência Intermunicipal do pólo Dourados**. Dourados: Secretária Municipal de Educação.